

Salgueiro, Wilberth; Postay, Leandra
"DESTE PALÁCIO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ EM RUÍNAS": O BRASIL
DITATORIAL NA BRASÍLIA DE NICOLAS BEHR
Nonada: Letras em Revista, vol. 1, núm. 22, mayo-septiembre, 2014
Laureate International Universities
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451668011>

“DESTE PALÁCIO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ EM RUÍNAS”: O BRASIL DITATORIAL NA BRASÍLIA DE NICOLAS BEHR

FROM THE PALACE THAT WILL SOON BE A RUIN

Wilberth Salgueiro¹
Leandra Postay²

O mal que existe no mundo provém quase sempre da ignorância [...], sendo o vício mais desesperado o da ignorância, que julga saber tudo e se autoriza, então, a matar.
(Albert Camus)

Resumo: Este trabalho pretende demonstrar, por meio da análise de poemas, a aproximação entre a Brasília traçada pelo poeta Nicolas Behr em seus versos e o Brasil do regime militar. Considerando o conceito de literatura testemunhal, serão discutidas questões relacionadas ao autoritarismo, ao controle ideológico e à importância da literatura na elaboração de uma memória histórica.

Palavras-chave: Nicolas Behr, literatura de testemunho, poesia marginal.

Abstract: This paper aims to compare the city of Brasilia, as represented in Nicolas Behr's poetry, with the situation of Brazil during the period of military dictatorship, by the means of analyzing some of Behr's poems. Taking into account the concept of literature as testimony, our discussions will be focused on issues of authoritarianism, ideological control, and the role of literature in the constitution of historical memory.

Keywords: Nicolas Behr, testimonial literature, *poesia marginal*.

Em dois de outubro de 1956, Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, dizia:

Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.³

A proclamação aconteceu por ocasião da assinatura do primeiro ato no local que viria a ser Brasília, terceira capital nacional. Sobre tal construção depositava-se grande expectativa, e a meta-síntese do governo JK já era sinônimo de modernidade e avanço. Em 1960, inaugurou-se a cidade planejada. Quatro anos depois, um golpe militar vinha para colocar fim à fé inquebrantável e à confiança sem limites de quem ainda ousasse tê-las.

¹ Professor Associado IV na Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista de produtividade PQ-2 do CNPq. E-mail: wilberthcfs@gmail.com

² Graduanda na Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CNPq. E-mail: leandra.postay@hotmail.com

³ Tal declaração pode ser lida em uma placa comemorativa em Brasília, próxima à Praça dos Três Poderes.

De cidade do futuro, Brasília transformou-se na musa às avessas do poeta Nicolas Behr, ali fixado desde a adolescência. Em seus versos, encontramos denúncias da frieza, da burocracia, das decepções e das contradições que permeiam o Distrito Federal. Em “Brasília na poesia de Nicolas Behr: idealização, utopia e crítica”, Gilda Furiati constata que o autor faz o leitor se deparar

com uma poesia voltada para a desconstrução do discurso oficial e mítico que suportou a ideologia de construção de Brasília e impregnou o imaginário da população da cidade. Percebe-se agora que o discurso poético assume o diálogo que o poeta vem travando com os conceitos sobre o planejamento e arquitetura urbana para a cidade e faz uma comparação: a arte de Brasília (é pra inglês/arquiteto ver) enquanto o poema assume uma postura de crítica social [...].
(FURIATI, 2007, p. 56)

De acordo com o ideário estabelecido, Brasília era símbolo do avanço, certeza do futuro: graças a ela, o progresso chegaria à região central do país, diversos homens seriam empregados, novas rodovias seriam construídas. O centro administrativo brasileiro estaria alicerçado na modernidade, seria fruto de uma revolução urbana. A capital planejada constituía uma “batalha pela paz”⁴. A imprensa escrita de diversos países exaltou, em 1960, o empenho pessoal do presidente JK em dar forma à capital mais moderna do mundo. O jornal *Göteborgs Handels*, de Gotemburgo, por exemplo, no dia 21 de abril de 1960 declarava: “a intenção primária de Kubitschek com esta cidade é despertar o interior do país com seus abundantes recursos naturais e proporcionar a milhões de brasileiros extremamente necessitados, que representam grande parte do país, um nível de vida decente” (2010, p. 29)⁵. Espectador privilegiado do palco do Estado, Nicolas Behr, por meio de seus versos, se contrapõe a essa Brasília idealizada, falando de uma cidade erguida para usufruto de um pequeno grupo que, como regem os princípios da democracia, devia governar *a favor* do povo. Sendo uma das vozes da poesia marginal, nascida durante o regime militar, paralelamente ao circuito editorial oficial, o poeta produziu uma literatura que conta a respeito do que Brasília de fato representou: o afastamento do poder em relação ao centro populacional, a banalização da corrupção, a severa discrepância entre as superquadras e as cidades-

⁴ A expressão, usada pelo presidente Eisenhower, foi citada por JK em *Por que construí Brasília* (2000, p. 467).

⁵ Em 2010, com apoio do governo do Distrito Federal, foi publicado o volume *Do concreto ao papel – O nascimento de Brasília na imprensa mundial*, uma compilação de diversas matérias jornalísticas do mundo todo a respeito da criação de Brasília.

satélite, assim como o caráter cotidiano da censura, da repressão e da violência que marcou o período de governo de exceção.

O escritor desenha um pouco dos anos de chumbo sobre as linhas da capital planejada: focando suas atenções nela, testemunha do Brasil por meio do particular que é Brasília – a um tempo, metonímia e metáfora. Na antologia *O bagaço da laranja*, encontramos o poema abaixo, originalmente publicado em 2004, no livro *Braxília revisitada*:

como brasília poderia dar certo
com o brasil em volta? [...]
(BEHR, 2009, p. 69)

Na interrogação desses versos, percebe-se uma grave constatação: há algo de errado no país e seria impossível, mesmo para a cidade calculada, pensada, minuciosamente executada, não se contaminar por tudo que não presta e a envolve. Assim, descobrimos, com esse jogo de correspondências, que Brasília é, antes, Brasil. Como afirmou Evaldo Figueiredo Dória Júnior em “Lirismo e testemunho na poesia de Nicolas Behr”, no texto do poeta “Brasília é feito uma miniatura do Brasil: a crítica local tem cor nacional” (2011, p. 80).

no meio do pesadelo
apareceu brasília

aí o pesadelo acabou
e começou outro
(BEHR, 2009, p. 87)

Brasília nasceu em momento conturbado para o cenário nacional. As tensões entre as diferentes classes sociais tentavam ser atenuadas pelo populismo. O desenvolvimentismo implantado acontecia à custa do abandono das camadas mais necessitadas da população. A inflação, por sua vez, atingiu altos níveis no governo de Juscelino, impulsionada, dentre outros motivos, pelos gastos necessários à construção da capital, pela emissão de papel-moeda para compra de café e pela concessão exacerbada de crédito ao setor privado. Foi durante a presidência de JK que o Fundo Monetário Internacional cortou os empréstimos para o Brasil. A dívida externa, no

entanto, já era grande, afinal, a industrialização e a concretização da meta-síntese só puderam acontecer mediante um amplo investimento, o que teve como resultado o déficit orçamentário. Por mais que a indústria crescesse, as rodovias se ampliassem, o setor de energia se fortalecesse e o clima geral fosse de confiança, poucos realmente usufruíam dos benefícios de tal desenvolvimento e a economia, tão dependente do capital internacional, permanecia frágil. A história concorda com os primeiros versos do poema acima, inclusive geograficamente: Brasília foi instalada não apenas durante um sonho mau, mas, de fato, no meio, na região central desse pesadelo que o Brasil representava.

Já com Brasília entregue, Jânio Quadros sucedeu a Juscelino Kubitschek. Após sua renúncia, João Goulart assumiu o poder. Foi nesse período que o país pulou de um pesadelo para outro. O então presidente, atacado por forças oposicionistas desde o início do seu governo, defendia reformas no setor educacional, tributário e agrário. Suas posições políticas fizeram com que fosse acusado de comunista. Erguendo a bandeira da Segurança Nacional, um grupo encabeçado pelos militares, com apoio norte-americano, em 1964, deu o golpe de Estado que instaurou a ditadura no Brasil. Estava inaugurado o novo pesadelo.

O verso “aí o pesadelo acabou” transmite uma temporária sensação de pausa, é transcrição da esperança de que o país experimentasse um momento de paz. Tal crença se instalou em grande parte da população brasileira, que não apenas apoiou a deposição de Jango, como também comemorou a subida da junta militar ao poder. O livro *Brasil: nunca mais* relata:

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família, com Deus, pela liberdade”.

(ARNS, 1985, p. 59)

Portanto, para os que viam o comunismo como uma ameaça, tirá-lo de cena soava como o término de um pesadelo. Acreditava-se que a instalação de um governo de exceção, como o próprio nome revela, seria uma medida temporária, tendo como único objetivo livrar a nação do perigo esquerdista. Assim que o país estivesse seguro, a democracia seria restaurada. O que não se sabia é que duas décadas se passariam até que

isso acontecesse. Logo, o poema e a história deixam claro que “[...] o pesadelo acabou / e começou outro”.

Sobre esse período, temos o poema abaixo, publicado originalmente em 1979, no livro *Brasiléia desvairada*:

os três poderes
são um só:

o deles
(BEHR, 2007, p. 65)

Desde os primeiros dias após o golpe, os militares tomaram medidas que garantiam sua perpetuação e enfraqueciam qualquer organismo que fosse contra esta. Com uma fagulha de humor, advinda da incoerência contida na ideia de três serem apenas um, Nicolas Behr fala de forma concisa a respeito do fortalecimento do Estado que aconteceu desde então. A independência de cada um dos três poderes é fundamental para que sua integridade seja garantida, pois, assim, cada uma das instâncias cumprirá seu dever de intervir caso uma outra não esteja agindo de acordo com suas obrigações e com o que é lícito.

O primeiro Ato Institucional concedeu aos militares o direito à cassação de mandatos legislativos, à suspensão de direitos políticos por dez anos e à retirada de cargos públicos daqueles que aparentassem ser um risco à segurança. Além disso, o voto para presidente passava a ser indireto e, mais tarde, também a eleição de governadores. O Ato Institucional número 5, por sua vez, decretava que as práticas, de acordo com ele, criminosas não seriam analisadas pelo Judiciário, mas pelos próprios militares. Deixou de valer, também, o *habeas corpus*, em caso de crime político – o que poderia ser qualquer ocorrência que desagradasse ao poder vigente. Tais intervenções não apenas aumentaram a influência do executivo sobre o legislativo e o judiciário: elas lhe conferiram as funções e a autoridade de ambos. Por isso, Behr afirma que os três poderes são apenas um: o deles.

A utilização da expressão “deles” por parte do poeta para designar os possuidores do poder parte do pressuposto de que o leitor está a par da situação comentada e de que, por meio desse conhecimento, será capaz de preencher as lacunas existentes. Quem são os “eles” nesse “deles”? São todos os beneficiados pelo regime de exceção imposto. Não apenas os militares diretamente envolvidos, mas todos aqueles que lucraram, que de alguma forma tiraram vantagem do autoritarismo, da repressão, da

violação da democracia. Isso vai imediatamente contra o que Freud diz a respeito do estabelecimento de um “Direito” capaz de viabilizar a vida em comunidade, ao alegar que é necessário que os indivíduos abram mão de seus impulsos e necessidades particulares em favor de um coletivo:

[...] a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo [...]. O resultado final deve ser um direito para o qual todos [...] contribuem com sacrifício de seus instintos e que não permite que ninguém se torne vítima da força bruta.

(FREUD, 2011, p. 40)

A vida em sociedade exige não apenas que os indivíduos estejam amparados por uma lei que garanta que o desejo individual não se sobreponha à condição de grupo, mas que essa lei abarque, inclusive, aqueles que estão no poder, para que o governo se constitua, de fato, num organismo que represente o povo e que reja a nação com integridade, não se valendo da máquina administrativa em benefício próprio.

A ditadura militar feriu o recomendado de diversas maneiras: violou os princípios democráticos, ao se munir com as forças do legislativo e do judiciário, implantou uma severa censura e norteou a imprensa oficial, valeu-se da tortura e do extermínio, implantou um sistema de informações que vigiava de perto cada cidadão. De um modo bem brasiliense, em 1977, no livrinho mimeografado *Iogurte com farinha*, Nicolas Behr escreveu:

SQS ou SOS?

eis a questão!
(BEHR, 2007, p.66)

Em tais versos, Nicolas Behr retoma a famosa fórmula deixada por Shakespeare, “to be or not to be: that's the question”, assim como a citação de Oswald de Andrade em seu “Manifesto antropófago”, “tupy, or not tupy that is the question”. A frase de Shakespeare aparece na tragédia de Hamlet e é proclamada pelo personagem principal em momento de profunda reflexão existencial. Em Oswald de Andrade, o “tupy, or not tupy” faz parte da proposta modernista de assimilação do elemento estrangeiro, mesclando-o ao que há de próprio no Brasil para construção de uma arte nacional. Behr, por sua vez, brinca com duas siglas, uma que exige conhecimento de Brasília para ser entendida, SQS (Superquadra Sul), pois faz parte de seu peculiar sistema de endereços,

e outra que se consagrou como sinal utilizado em casos de emergência, SOS. No uso popular, o SOS foi associado a diversas frases, como "Save Our Seamen" ("salve nossos marinheiros") e a interessante "Save Our Souls" ("salve nossas almas").

Desse modo, o poeta sinaliza que Brasília – arraigada à sua composição hierárquica e burocrática, que pode ser lida na excêntrica denominação de seus espaços geográficos – não sabe se a sua estrutura lhe basta e deve ser preservada ou se pede socorro, justamente por conta de tal condição. Brasília, centro do poder, a um só tempo gritava por socorro, enquanto metáfora do Brasil subjugado, e, se a tomamos como metonímia do Estado, era também a própria provocadora de tais gritos.

A "Brasília Poder" é SOS. A "Brasília Povo Brasileiro" é SOS. Esses gritos de socorro ecoam ainda em outros poemas do escritor, como nos versos seguintes, de 1980:

enterrem meu coração
na areia do parquinho
da 415 sul

e deixem meu corpo
boiando no paranoá
(BEHR, 2007, p.74)

Dialogando com o poema "Saudade", do modernista Mário de Andrade, que pede "[...] Meus pés enterrem na rua Aurora, / No Paissandu deixem meu sexo, / Na Lopes Chaves a cabeça / Esqueçam [...]", mais uma vez Behr faz do espaço físico da cidade palco para expressão de sentimentos que pairavam sobre o país. A violência e a desilusão presentes nos versos acima são consequência da dor provocada em quem assistiu a um Estado de exceção cruel e testemunhou suas tendências repressivas. Quando solicita que enterrem seu coração na 415 sul e que deixem seu corpo boiando no lago Paranoá, o poeta quer que existam vestígios de que sua morte está intrinsecamente ligada a Brasília. No poema não há qualquer expectativa de sobrevivência: aquela cidade, como instituição, ainda que sem escancarar a própria culpa, levará ao desfalecimento, porque cerca e sufoca para vigiar e, mais que isso, não se priva de utilizar quaisquer meios para atingir o seu objetivo maior, que é o fortalecimento e a manutenção do poder, o que teve como um de seus mais severos resultados a utilização da tortura.

Pode-se falar em uma burocratização de tal crime no período da ditadura no Brasil, já que este foi deliberadamente utilizado, com aprovação das mais altas

instâncias, para obter informações de grupos oposicionistas e incriminar ativistas de esquerda. Os métodos incluíam afogamentos, lesões físicas, confinamentos – inclusive juntamente a animais nocivos –, exposição a barulhos terríveis, utilização de produtos químicos que levavam a pessoa a falar. Há registros, até mesmo, de tortura em menores, com intuito de intimidar os pais, e em mulheres grávidas, sendo que, graças às atividades em salas de tortura, muitas sofreram aborto. Não são poucos os que, diante de tão rígidas agressões, não sobreviveram.

Tradicionalmente se argumentou [...] que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais.

(POTTER apud ARNS, 1985, p. 17)

A tortura colocou diversos homens em condição desumana, fez com que muitos confessassem crimes que jamais cometeram e, em contrapartida, transformou tantos outros em assassinos. Renato Franco trata o regime militar brasileiro como integrante de uma onda de catástrofes que implicaram “políticas de extermínio premeditado de contingentes de opositores, em massacre dos humilhados, em supressão dos direitos civis, [...] em repressão e censura indiscriminada, em imposição de brutal sofrimento [...]” (FRANCO, 2006, p. 352). Esse governo que se justificava pela necessidade de segurança nacional e progresso era a própria contradição do seu discurso, ao lidar com seus governados por meio de artimanhas capazes de matar, retrógradas e condenadas por qualquer defensor dos direitos humanos e do verdadeiro bem-estar da pátria. É com graça que, no poema abaixo, do livrinho *Kruh*, de 1979, Behr se traveste como o brasileiro daqueles anos plúmbeos:

onde você trabalha?
trabalho no setor
de diversões sul
o que você faz lá?

sou palhaço
(BEHR, 2007, p.70)

Vemos aqui mais um dos traços de Brasília: sua divisão em setores. A princípio, interrogado sobre o assunto, o poeta parece informar, de fato, o local em que trabalha: o “setor de diversões sul”. Ao complementar tal afirmação, diante da pergunta “o que

você faz lá?”, com a resposta “sou palhaço”, no entanto, fica claro que a questão tratada ali não é meramente profissional.

O pertencimento das palavras “diversão” e “palhaço” ao mesmo universo, assim como duas possíveis interpretações da expressão “sou palhaço” – o palhaço de circo ou aquele que se sente “feito de bobo” –, têm como resultado a ambiguidade e, consequentemente, um efeito humorístico. Mas o assunto é sério: o poeta ri de si mesmo, fala como cidadão que se sente ludibriado, “tratado como idiota”. A utilização do chiste em meio a um cenário grave foi comentada por Mary Douglas: “algo formal é atacado por algo informal, algo organizado e controlado, por algo vital, enérgico [...]” (DOUGLAS apud DRIESSEN, 2000, p. 255).

O “ser palhaço”, durante o regime militar, estava ao alcance de todo cidadão não ligado ao poder, graças a diversas medidas tomadas pelos militares: instituição do voto indireto, fim do pluripartidarismo, mudança da constituição, proibição de manifestações, destinação imediata a tribunais militares daqueles acusados de crimes políticos, envio ao exílio de quem fosse encarado como risco à segurança nacional. Aqueles que compunham a oposição percebiam a condição na qual a sociedade era colocada e tentavam revertê-la. Eram, pode-se dizer, “palhaços” inconformados, tentando sair de tal posição. Podemos aproximá-los, ainda, dos bufões ou bobos da corte que são “detentores do ‘privilégio de dizer a verdade ao príncipe quando ninguém ousa fazê-lo’” (SILVA, 2008, p. 168). Lemos ainda que

o palhaço surge como figura autônoma, como alguém que reivindica a possibilidade de ocupar um lugar que não seja predeterminado em função de alinhamentos a este ou àquele interesse político ou econômico. A irreverência do palhaço, que se traduz em jocosidade, humor, disponibilidade para sempre brincar seja qual for o tema em questão, mantém-se ao mesmo tempo como insubmissão. (SILVA, 2008, p. 165)

O poeta-palhaço é, portanto, aquele que não se rende e que, brincando, critica. Compreendemos, desse modo, a voz dos poetas marginais como um eco da franqueza dos *clowns*, já que o uso do recurso cômico era frequente em seus versos e muitas vezes trazia em si a denúncia. Os indiferentes ao poder, ou favoráveis a ele, por sua vez, eram igualmente vítimas dos atos abusivos mencionados e, ao não se darem conta das agressões de que eram alvo, faziam-se ainda mais “palhaços”, porque se deixavam convencer pela propaganda nacionalista, pelos discursos conservadores, pela ideologia

da imprensa oficial. Estes se transformaram em palhaços porque foram vítimas do perigo de que Freud fala:

[...] o perigo de um estado que podemos denominar “a miséria psicológica da massa”. Tal perigo ameaça sobretudo quando a ligação social é estabelecida principalmente pela identificação dos membros entre si, e as individualidades que podem liderar não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação da massa.

(FREUD, 2011, p. 62)

Algumas práticas do regime militar consistiam, justamente, em interferir na individualidade para se sustentar. Governar um povo homogêneo, que olha para a mesma direção, que aceita as mesmas regras, que, obediente, não questiona, não se rebela, e que enxerga no diferente um inimigo, facilita a ação do Estado forte. A ausência de confrontos, de conflitos, quando entendida como via para o conforto, atua, na verdade, como instrumento que conduz à resignação. “Trata-se agora de evitar qualquer litígio, em nome do bem-estar definido por uma cultura na qual a adaptação e o sucesso pessoal são os alvos almejados [...]” (KUPERMANN, 2003, p. 16). Dessa maneira, os únicos que poderiam exigir a mudança aquiescem com o prolongamento da exceção. Para garantir a massificação, o governo fazia de sua voz a voz do Brasil, como lemos no texto abaixo, de 1978:

A VOZ DOBRABIL

em brasília 19 horas noite e dia
em brasília 19 horas em 15 minutos
em brasília 19 horas sem saber para onde ir
em brasília 19 horas nunca passam
em brasília 19 horas mudando de estação
em brasília 19 horas não é nada
em brasília 19 horas de silêncio
em brasília 19 horas do segundo tempo
em brasília 19 horas desde 1500
em brasília 19 horas procurando outras vozes
em brasília 19 horas desligando o rádio
em brasília 19 horas 19 horas 19 taras
em brasília 19 horas com a mulher do ministro
em brasília 19 horas noves fora nada a declarar
em brasília 19 horas esperando ônibus
em brasília 19 horas sem ter pra onde correr
em brasília 19 horas de atropelamento no eixo
em brasília 19 horas sem escrever um poema
em brasília 19 horas embaixo do bloco
em brasília 19 horas sem fim
(BEHR, 2007, p. 85)

Considerando a inserção de Nicolas Behr no cenário marginal, é certo que o poeta tinha conhecimento da existência do *Jornal Doblabil*, “um in-fólio em formato de jornal datilografado [...], xerocado e enviado via correio a uma comunidade seleta de destinatários, dentre os quais figuram nomes importantes da ‘*intelligentsia tupiniquim*’” (DUQUE, 2011, p.2), de autoria de Glauco Mattoso, e que é com consciência que se vale do trocadilho para falar de um Brasil que merece, antes de tudo, um tratamento debochado. Mattoso brinca com “Jornal do Brasil”, Behr, por sua vez, se apropria do nome do programa de rádio, “Voz do Brasil”, criado durante o governo de Getúlio Vargas com intuito de veicular informações políticas oficiais e mantido desde então⁶.

A imprensa brasileira do regime militar é herdeira de diversos métodos daquela época. Daniel Herz fala de um sistema nacional de comunicação que

[...] expressa a conjunção de duas forças que atuavam sobre a radiofusão – e também sobre a imprensa – nesse período. Por um lado, há um aprofundamento do caráter comercial das emissoras, que corresponde a uma maior assimilação da radiofusão pelo sistema produtivo. Por outro lado, há a pressão do Estado, especialmente através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que estabelecia as normas de censura e distribuía as verbas da publicidade oficial, conformando um papel político para a radiofusão, orientado para o fortalecimento do “poder central”.

(HERZ, 1987, p.78)

O poema de Nicolas Behr é construído por meio da consideração desse papel político. O locutor abria todo programa com a frase “em Brasília, 19 horas”, trecho que se repete ao início de cada um dos vinte versos que compõem o texto. Tanto no uso de tal anáfora, quanto nas afirmações “em brasília 19 horas noite e dia / [...] em brasília 19 horas nunca passam / [...] em brasília 19 horas desde 1500 / [...] em brasília 19 horas sem fim”, lemos a denúncia de uma rotina de “política oficial”, afinal, o governo dos militares transformou absolutamente tudo em assunto de segurança nacional. O poema testemunha da realidade massacrante instalada, imiscuída em cada canto do país, que podia ser percebida nas atividades mais banais, por isso, quase que em tom de brincadeira, “[...] em brasília 19 horas 19 honras 19 taras / em brasília 19 horas com a mulher do ministro / [...] em brasília 19 horas esperando o ônibus [...]”. Esse cotidiano

⁶ O nome do programa mudou algumas vezes. Entrou em vigor com o nome de *Programa Nacional*, em 1935, passou para *A hora do Brasil*, em 1939, e, finalmente, para *A voz do Brasil* durante o regime militar.

cercado e controlado pelo Estado sufocava e dava a sensação de liberdade roubada: “[...] em brasília 19 horas sem saber pra onde ir / [...] em brasília 19 horas sem ter pra onde correr [...]”. Tentar viver fora da cobertura das asas do Estado era tarefa arriscada. Quem optava por isso estava constantemente ameaçado pela possibilidade da descoberta e da punição.

A legislação que regulamenta as concessões de rádio e televisão [...] atribuem ao presidente da República um poder absoluto. A outorga de concessões independe de pareceres técnicos ou qualquer outro tipo de avaliação relevante: é uma decisão pessoal da Presidência. No governo do general Figueiredo esse arbítrio foi levado ao extremo: foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão [...].

(HERZ, 1987, p. 51)

Diante de tais fatos, percebe-se que a obtenção de direitos para instalação de um veículo de comunicação baseava-se, primordialmente, em trocas de favores. Aquele beneficiado pela presidência jamais transmitiria à massa qualquer informação que fosse um perigo ao Estado. Por isso, a imprensa legalizada falava em uníssono, e essa voz mentia. Assim, entende-se o porquê de “em brasília 19 horas mudando de estação / [...] em brasília 19 horas procurando outras vozes / em brasília 19 horas desligando o rádio [...]”. A mudança de estação e o rádio desligado eram, acima de tudo, o desejo de um governo novo, do fim daquele sistema que se impunha como obstáculo tão grande às necessidades mais humanas e naturais do povo, como a alegria e a liberdade.

Vemos ainda que as “19 horas sem fim” estabeleciam “em brasília 19 horas de silêncio / [...] em brasília 19 horas noves fora nada a declarar / [...] em brasília 19 horas sem escrever um poema [...]”. Manifestar-se contra as decisões políticas vindas do alto do Distrito Federal era um crime, assim, além de cercados, os que enxergavam a manipulação do poder e a violência com que se regia a nação se percebiam, também, amordaçados. Além disso, o “nada a declarar”, bordão associado ao nome de Armando Falcão, ministro da justiça no governo Geisel, que se recusava a falar sobre assuntos polêmicos, remete àqueles acusados de algum crime, que preferem não tocar no assunto, com intuito de autopreservação. Aquele era um governo que nada declarava: suas ações eram arbitrárias, as acusações contra ele violentamente combatidas.

Os que tentavam se pronunciar contrariamente ao Estado, mesmo com a severa vigilância e os riscos em torno da rebeldia, atendiam, simplesmente, a um princípio do qual Freud também falou:

Aquilo que numa comunidade humana se faz sentir como impulso à liberdade pode ser revolta contra uma injustiça presente, e assim tornar-se propício a uma maior evolução cultural, permanecendo compatível com a civilização.

(FREUD, 2011, p. 41)

Ao longo da história, foram as diversas mobilizações contra a tirania, impulsionadas pelo desejo de liberdade, que colocaram fim ao colonialismo, à escravidão, ao absolutismo e a diversas outras formas de exploração. Desse modo, a modernidade e a civilização, que o homem contemporâneo proclama com orgulho, mais firmemente se constroem conforme mais a população se ergue contra as injustiças e os abusos de poder.

Mas, diante de tantas atrocidades, é natural que, mesmo aqueles que anseiam e trabalham pela mudança, sejam tomados por um olhar desiludido, sendo a incredulidade traço frequente na poesia marginal. Assim, retomamos:

como brasília poderia dar certo
com o brasil em volta?

como brasília poderia dar certo se,
para dar certo, deveria ser destruída?
(BEHR, 2009, p. 69)

Os dois últimos versos apresentam uma hipótese – que é mais afirmação do que proposta – radical: Brasília só daria certo se fosse destruída. Ou seja, enquanto realidade, a capital não teria chance alguma de funcionar. Entendemos, no entanto, Brasília como Brasil. Nesse caso, a descrença é no próprio país. A única esperança de que este não resultasse em completo desastre seria, portanto, sua destruição. Esse é o reflexo de um olhar desacreditado, sem qualquer perspectiva, porque vem de quem viu a nação se transformar em palco de corrupção, autoritarismo e massacre. Propomos, no entanto, a destruição pela reconstrução: no lugar de derrubar as paredes, de preferir o extermínio definitivo, implementar uma reforma baseada justamente no não-esquecimento, na lembrança de uma barbárie que tirou a vida e a fé de tantos, para que, por meio dessa consciência, o erro não se repita e a experiência se transforme em intuição de por que caminho acertar. Márcio Seligmann-Silva afirma que “[...] a memória refreia a arrogância do discurso historiográfico [...]. Apenas para a historiografia vale o particípio ‘passado’; para a memória, o ‘passado’ é ativo e justamente ‘não passa’” (2006, p.16). O poeta não se esquece do que testemunhou,

assim, substitui a fé inquebrantável pela desconfiança e, lançando os olhos sobre a história, proclama:

deste planalto cerratense, desta solidão,
deste palácio que em breve se
transformará em ruínas, lanço
meu olhar cansado mais uma
vez sobre os escombros do meu país
e antevejo uma alvorada que não
chega nunca, com uma raiva danada
e uma desconfiança enorme
no eterno país do futuro

(BEHR, 2009, p. 72)

Parodiando Juscelino Kubitschek, o poeta, assim como o presidente, em seus versos fala a partir de uma posição histórica anterior à catástrofe, mas, antecipando a ruína e substituindo o romantismo do discurso original por um realismo duro, já a prevê. Na 9^a tese de seu texto “Sobre o conceito da história”, Walter Benjamin cita o anjo do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, que olha para trás, e diz: “onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés” (BENJAMIN, 2011, p. 226). Benjamin defende, portanto, que a história é fundamentalmente catástrofe. Apropriamo-nos das reminiscências da história por meio do registro daqueles que a experimentaram enquanto vítimas nos permite tanto questionar as versões oficiais, que são, diversas vezes, a visão dos vencedores, e que apontam majoritariamente para este *continuum* que Benjamin criticou, quanto compreender que o que há de barbárie no passado se estende até o presente e pode culminar em novas injustiças. Desse modo, a “confiança sem limites em um grande destino” cede lugar a “uma desconfiança enorme no eterno país do futuro”, pois o poeta conhece as muitas promessas e propagandas que aclamam o Brasil como portador de um porvir glorioso, no entanto, também tem consciência de que o que de fato constitui a história não é a glória, mas a ruína.

Referências:

- ANDRADE, Mário de. Saudade. In: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTAyMTU1/>. Acesso em 30/11/2012.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BEHR, Nicolas. *Laranja seleta*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

- BEHR, Nicolas. *O bagaço da laranja*. Brasília: edição independente, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CAMUS, Albert. *A peste*. Trad. Valerie Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DÓRIA JÚNIOR, Evaldo Figueiredo. Lirismo e testemunho na poesia de Nicolas Behr.
- SALGUEIRO, Wilberth (org.). *O testemunho na literatura*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 73-92.
- DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman (org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 251-276.
- DUQUE, Guilherme Horst. “Rasgábil, inflamábil e até mesmo legível”: Glauco Mattoso e o *Jornal Dobrabil*. Texto apresentado no XIII Congresso de Estudos Literários da Ufes, em outubro de 2011.
- FRANCO, Renato. Literatura e Catástrofe no Brasil: anos 70. SELIGMANN- SILVA, Márcio (org.). *História memória literatura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 351-369.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- FURIATI, Gilda Maria Queiroz. Brasília na poesia de Nicolas Behr: idealização, utopia e crítica. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília, em 2007. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Do concreto ao papel: o nascimento de Brasília na imprensa mundial*. Brasília: Santafé Idéias, 2010, p. 29.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Editora tchê!, 1987.
- KUBITSCHEK, Juscelino, 1902-1976. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. "Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1039>." Acesso em 30/11/2012.
- KUPERMAN, Daniel. Apresentação. [A sociedade depressivo-humorística. Humor em tempos de violência. Freud e o humor.] *Ousar rir – humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 13-33.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. *História memória literatura*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2006, p. 07-44.

SILVA, Cintia Vieira da. Clownfilosofia ou o que pode um palhaço. KAGUSSU, Imaculada; PIMENTA, Olímpio; SÜSSEKIND, Pedro; FREITAS, Romero (Org.). *O cômico e o trágico*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008, p. 162-172.

Recebido: 29/06/2014

Aceito: 05/07/2014